



PROJETO DE LEI nº 327, DE 2021

Acrescenta a gestão sustentável de resíduos nos aspectos a serem contemplados prioritariamente nos termos do Art. 16 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei 327/21.

EMENDA Nº ____

Altere-se a redação dada ao Art. 16 do substitutivo apresentado em plenário:

"Art. 16. O art. 11 da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020 passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

Art. 11.

§ 13. Sempre que possível, na celebração das transações, serão considerados e perseguidos objetivos e ações de desenvolvimento sustentável, priorizando a geração de energia limpa, a recuperação energética e a gestão sustentável de resíduos, devendo-se buscar efeitos socioambientais positivos a partir das concessões recíprocas que decorrerem do negócio."

JUSTIFICAÇÃO

A emenda proposta ao Art. 16 do substitutivo do projeto de lei em questão, busca incorporar, de maneira explícita, a priorização da geração de energia limpa, recuperação energética e a gestão sustentável de resíduos como elementos fundamentais nas transações que perseguem objetivos e ações de desenvolvimento sustentável. Esta proposição encontra-se fundamentada em princípios de direito ambiental, política energética e gestão de resíduos, refletindo um compromisso profundo com a promoção de um desenvolvimento que seja não apenas econômico, mas também ecologicamente racional e socialmente justo.

Incluir explicitamente a geração de energia limpa, recuperação energética e gestão sustentável de resíduos como aspectos prioritários nas transações relacionadas ao desenvolvimento sustentável tem o propósito de enfatizar a importância de uma transição energética que considere a redução de impactos ambientais e a maximização





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal MARANGONI

de benefícios socioambientais. Ao fazê-lo, a emenda visa estimular o investimento em tecnologias e práticas que contribuam para a mitigação das mudanças climáticas, a conservação de recursos naturais e a proteção da biodiversidade.

Além disso, a abordagem proposta reconhece a relevância da gestão sustentável de resíduos no contexto da política ambiental e da economia circular. Ao priorizar a recuperação energética e a transformação de resíduos em recursos, a emenda alinha-se com os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), fomentando a redução, reutilização, reciclagem e recuperação de resíduos de maneira ambientalmente adequada. Tal medida não apenas contribui para a eficiência energética e a redução da poluição, mas também promove a geração de empregos verdes e o desenvolvimento tecnológico sustentável.

A inclusão de tais prioridades nas disposições sobre transações relacionadas ao desenvolvimento sustentável serve, portanto, como um instrumento legal para guiar a ação governamental e empresarial em direção a práticas mais sustentáveis. Isso reflete uma compreensão avançada dos desafios contemporâneos que enfrentamos em termos de sustentabilidade e oferece um caminho legislativo para abordá-los de maneira holística e integrada.

Portanto, a justificação para esta emenda reside na necessidade de reforçar o arcabouço legal brasileiro com normas que explicitamente direcionem a transição para uma economia de baixo carbono, promovam a eficiência dos recursos e incentivem a responsabilidade socioambiental. Através dessa abordagem, busca-se não apenas a proteção ambiental, mas também a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável capaz de garantir a qualidade de vida das presentes e futuras gerações.

Sala das Sessões, de março de 2024.

MARANGONI
Deputado Federal
União/SP

